



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Barros Soares, Leonardo

RESENHA "ROUBANDO A CENA: A (IN)VISIBILIDADE PERVERSA DE ADOLESCENTES
INFRATORES"

Psicologia & Sociedade, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 189-190

Associação Brasileira de Psicologia Social

Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326443022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RESENHA. ROUBANDO A CENA: A (IN)VISIBILIDADE PERVERSA DE ADOLESCENTES INFRATORES

REVIEW. STEALING THE SCENE: THE PERVERSE (IN)VISIBILITY OF JUVENILE DELINQUENTS

Leonardo Barros Soares

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Às vésperas do Natal do ano de 1998, houve um incêndio, provavelmente criminoso, numa das unidades de internação de adolescentes autores de ato infracional, a FEBEM Tatuapé, na zona leste de São Paulo. O saldo trágico dessa ocorrência foi de 22 adolescentes feridos e um morto. Posteriormente, no curso das investigações, descobriu-se que as chamas foram ateadas pelos próprios monitores da instituição, e que o adolescente falecido, num ato de desespero, havia voluntariamente deixado se consumir em holocausto nas labaredas, sem esboçar qualquer reação e gritando tão somente para seus companheiros “vamos morrer todos juntos!”. Entre maio e setembro de 1999, 1412 internos fugiram das unidades paulistas naquele que foi um ano paradigmático com relação aos recordes de fuga, violências e denúncias de maus-tratos. Em fins de outubro daquele mesmo ano, o Brasil assiste pela TV, horrorizado, na unidade Imigrantes, a rebelião dos adolescentes que culminou com a destruição de muros, 58 pessoas feridas e 16 mantidas reféns por 18 horas, além de um cruel *grand finale*: o assassinato de quatro adolescentes pelos próprios internos, sendo três queimados vivos e um decapitado.

Em junho do ano 2000, o Brasil para em frente à TV novamente. Em cena, como num filme de Hollywood, um ônibus estacionado em plena via pública, cercado de policiais e uma multidão de curiosos. O protagonista do drama mudo que se desenrola em plena “sessão da tarde” é Sandro, um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, condenado por furtos e assaltos, que esbraveja contra os policiais, simula um assassinato em frente às câmeras e toma uma simples professora migrante como sua refém e escudo. Após quatro horas ininterruptas de negociações, o país assiste atônito à desastrada ação do esquadrão de elite da polícia, a morte da refém e do sequestrador, que foi asfxiado na viatura onde ficou preso após ser capturado.

Esses dois episódios lancinantes da história recente do Brasil são analisados com consistência e profundidade pela pesquisadora e professora Mione Apolinario Sales em seu livro *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência* (Cortez, 2007). Fruto de sua tese de doutorado em sociologia apresentada à USP, o livro nos brinda com a análise rigorosa levada a cabo pela autora da profusão de textos (e demais fontes, tais como

documentários) que versavam sobre os incidentes que circularam na imprensa nos dois períodos investigados.

No primeiro capítulo da obra, intitulado “Cidadania escassa: juventude, direitos e violência no Brasil”, Sales nos oferece um amplo panorama das diversas conceituações de cidadania e direitos civis que embasaram as constituições outorgadas não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo desde o início da história moderna, em fins do século XVII. Argumenta que em nosso país as históricas e profundas desigualdades sociais e o atual contexto de neoliberalismo econômico e redesenho do papel do Estado incidem de forma especialmente aviltante nas famílias em situação de pobreza e que, dentro dessas, a infância e a juventude estão particularmente mais vulneráveis, haja vista a sua condição peculiar de desenvolvimento físico e psicológico e sua maior exposição às diversas formas de violência. Apresenta a atual concepção que fundamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente de compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos como uma ruptura jurídico-política com as representações sociais “menoristas” anteriores, que os concebiam como objeto de tutela ou de repressão e disciplinamento, mas pondera o abismo existente entre os avanços obtidos na esfera jurídica e a manutenção de antigas práticas de exclusão e violência para com a infância e a juventude em situação de pobreza. Afastando-se de uma discussão simplista, a autora se vale de diversas estatísticas de órgãos governamentais ou não e penetra com espantosa erudição na argumentação de Sérgio Adorno e outros pensadores brasileiros e internacionais para compor, com cores fortes, o quadro de “cidadania escassa” em que expressiva parcela da população, a saber, sua camada mais jovem e pobre, se vê enredada cotidianamente. Esta “quase-cidadania” perversa joga com a dialética do visível-existente-verdadeiro e do invisível-inexistente-falso e se insinua de forma especialmente insidiosa entre os adolescentes oriundos das classes menos favorecidas, demandando para muitos desses uma decisão tanto mais injusta porque imperativa: a “escolha” entre continuar invisível e, por conseguinte, inexistente nessa massa amorfa de jovens desvalidos que devem se contentar com subemprego e humilhações cotidianas várias, ou então se individualizar pelo aparecimento, “apareço, logo existo”.

Essa aparição, muitas vezes pela via do delito, da revolta e da violência, argumenta Sales, deve ser entendida tanto em seus meandros psicológicos individuais quanto em sua dimensão coletiva, dentro de um contexto sociopolítico de recrudescimento de um Estado policial-penal e da lógica do individualismo e do consumismo levados às últimas consequências numa economia neoliberal.

No segundo capítulo, "A visibilidade como condição humana", aprofunda-se a discussão iniciada no capítulo anterior, e adentra-se no debate acerca do conceito de esfera pública, compreendida como um espaço por excelência de encontro com o Outro. Sales recorre à Hannah Arendt e Michel Foucault para levantar a questão da visibilidade como condição humana fundadora da ontologia do sujeito na modernidade e da construção de uma esfera pública geradora de socialibilidade e espaço privilegiado da ação política. A originalidade da análise impetrada pela autora reside, entretanto, no fato de sua percepção, amparada em Maria Rita Kehl, Eugênio Bucci e Guy Debord, dentre outros, de que essa esfera pública, especialmente no caso brasileiro, é constituída pelos meios de comunicação de massa, com notória importância para o papel da televisão, e que essa, por sua vez, é tributária da *lógica do espetáculo* que rege as economias capitalistas em sua fase tardia. Nesse sentido, a condição de existência na esfera pública é a da visibilidade "massificada" dos atos levados a cabo por um indivíduo ou determinado grupo de pessoas, que desemboca na fundação de uma nova ontologia e uma nova ética calcada no imperativo da visibilidade como condição de existência de indivíduos ou grupos sociais.

Em "Cidadania virtual, cidadania denegada: adolescentes infratores como metáfora da violência", capítulo que conclui o livro, a autora retoma o fio da discussão sobre a cidadania negada de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e, em sua análise do farto material jornalístico produzido sobre os dois episódios em foco, desvenda a operação de "reatualização naturalizadora" da vinculação entre as camadas pobres e a violência, que alça os adolescentes autores de atos infracionais à condição de metáfora da violência urbana e do caos societário que se apresenta na sociedade brasileira pelo menos nos últimos 25 anos. Tratados muitas vezes como "bárbaros" e desajustados, esses adolescentes se veem presos num círculo vicioso perpétuo de denegação de seus direitos, e seus atos supostamente impunes fornecem subsídios à retórica conservadora de recrudescimento das medidas punitivas e da peremptória necessidade de redução da maioria penal que desvaloriza iniciativas de cunho educacional e de ressocialização de jovens em conflito com a lei, tais como a liberdade assistida ou a prestação de serviços comunitários.

Em *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*, Sales recons-

titui, com fidedignidade e talento literário, os acontecimentos de 1999 e 2000 e nos remete à atmosfera daqueles dias tenebrosos, traçando, dessa forma, o fio que os une, a saber, a violência como condição encontrada pelos sujeitos, individual ou coletivamente, de aceder à existência, ainda que de forma efêmera e trágica. Nas trajetórias de Sandro ou dos adolescentes internos na antiga FEBEM, encontramos toda uma história de miséria, sofrimento, violência(s) e exclusão social que se perpetuam hodiernamente, diante de nossos olhos. Implacável, porém, é a hegemonia do espetáculo, pois o show não pode parar: os atores se foram, voltaram aos camarins, ou melhor, ao anonimato, os adolescentes internos continuam sofrendo com maus-tratos e desrespeitos de toda ordem no Brasil, e Sandro foi enterrado como um indigente num cemitério carioca e continuará esquecido até a aparição de um novo "ator-monstro".

Mione Apolinario Sales nos presenteia, em seu livro, com suas reflexões substanciais acerca de um tema espinhoso que desconcerta e confunde opiniões que se pretendam formadas. Inscrito numa lógica da militância incontestada e intransigente dos direitos das crianças e adolescentes, assim como preconizados no ECA, a obra se torna desde já referência indispensável e serve de dinamite para implodir os consensos francamente excludentes e preconceituosos em torno da discussão sobre a melhor forma de tratamento conferido aos adolescentes em conflito com a lei.

Referência

SALES, Mione Apolinario. (2007). *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez. 360p.

Recebido em: 25/10/2008

Revisão em: 09/12/2009

Aceite final em: 21/01/2010

Leonardo Barros Soares é psicólogo pela Universidade Federal do Ceará. É membro do LAPSUS - Laboratório de Pesquisa em Psicologia, Subjetividade e Sociedade.

Endereço: LAPSUS – Psicologia / UFCE. Av. da Universidade, 2853. Benfica. Fortaleza/CE. CEP 60020-81.

Email: leonlbs@yahoo.com.br

Como citar:

Soares, L. B. (2010). Roubando a cena: a (in)visibilidade perversa de adolescentes infratores. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 189-190.